



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 235/2019

ASSUNTO: Pregão Presencial nº 060/2019

Tratam os autos do Pregão Presencial 060/2019, objetivando **A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DE 85 METROS DE CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) E 662,00M² DE CALÇADÃO LADRILHO NA AV. DESEMBARGADOR IGNÁCIO GUILHON NO TRECHO: TV. DR. LOUREIRO, BAIRRO CIDADE ALTA, ZONA URBANA DESTA MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (fls. 034).

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 74, estabelece as finalidades do Sistema de Controle Interno, ao tempo em que a Lei Municipal nº 4.630/2005, dispõe sobre a implantação neste município.

Tendo em vista que a contratação em análise implica em realização de despesas ao município, fica demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

1 – FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

O procedimento administrativo instaurado para a realização na modalidade Pregão Presencial, cuja regulamentação consta na lei 10.520/02 está composto com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação.

- Solicitação de abertura da licitação feita pela Secretária Municipal contendo, PBS – Pedido de Bens e Serviços, com descrição do objeto e justificativas das contratações (fls. 002 a 005);
- Projeto e planilha de quantitativo de materiais da obra (fls. 006 a 009);
- Indicação de dotação orçamentária (fls. 010);
- Pesquisa de Preço (fls. 011 a 019);
- Orçamento Estimado (fl. 020);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO

- Autorização da autoridade competente (fl. 021);
- Portaria N° 653/2017 - designação do pregoeiro e equipe de apoio (fls. 022);
- Portaria N° 314/2018 – designação do fiscal de contratos (fls. 023 a 024);
- Edital (fls. 025 a 046);
- Despacho à Procuradoria Jurídica (fl. 047);
- Parecer Jurídico n° 226/2019 - PROJUR (fls. 048 a 051);
- Publicação do Aviso de Licitação (fls. 052 e 053);
- Documentos de Credenciamento (fls. 054 a 069);
- Os originais das Propostas (fls. 070 e 072);
- Documentos de Habilitação (fls. 073 a 102);
- Ata da realização do Pregão Presencial que relata a Abertura, Julgamento, Classificação das Propostas e Declaração dos Vencedores (fls. 103 e 106);
- Termo de Adjudicação (fls. 107 e 108);
- Despacho à Autoridade Superior (fls. 109 e 110);
- Termo de Homologação (fls. 111 e 112);
- Publicação do resultado da Licitação (fl. 113);
- Termo de Contrato n° 386/2019 (fls. 114 a 119);

2 – EDITAL

O procedimento administrativo está instruído como Edital do Pregão Presencial 060/2019 e seus Anexos, devidamente analisados pelo Departamento Jurídico conforme Parecer - 226/2019 - PROJUR (fls. 048 a 051).

No referido Edital consta a legislação pertinente, bem como a parte interessada em licitar, Prefeitura Municipal de Monte Alegre, através do Pregoeiro,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO

externando a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial tipo menor preço, objetivando **A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DE 85 METROS DE CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) E 662,00M² DE CALÇADÃO LADRILHO NA AV. DESEMBARGADOR IGNÁCIO GUILHON NO TRECHO: TV. DR. LOUREIRO, BAIRRO CIDADE ALTA, ZONA URBANA DESTA MUNICIPALIDADE.**

3 – PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

A publicação do Aviso de Licitação, em 04.12.2019 indicava a Abertura das Propostas em data de 16.12.2019, cumprindo o dispositivo legal que estabelece o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis.

CONCLUSÃO

Após exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, entendo que o mesmo está de acordo com a legislação vigente e revestido de todas as formalidades legais, nas fases de Habilitação, Julgamento, Publicidade e Contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Monte Alegre – PA, 19 de dezembro de 2019.

Helen Chrística Peleja de Oliveira
Agente de Controle Interno
Decreto nº 034/2018



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO
CONTROLE INTERNO
PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

A Sra. Helen Christína Peleja de Oliveira, Agente de Controle Interno do Município de Monte Alegre-Pá, nomeada nos termos do Decreto nº 034/2018, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo Licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 060/2019**, tendo por objeto **A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DE 85 METROS DE CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) E 662,00M² DE CALÇADÃO LADRILHO NA AV. DESEMBARGADOR IGNÁCIO GUILHON NO TRECHO: TV. DR. LOUREIRO, BAIRRO CIDADE ALTA, ZONA URBANA DESTA MUNICÍPIO**, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

() Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente da formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

() Revestidos de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer da Comissão de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Monte Alegre – PA, 19 de dezembro de 2019.

Helen Christína Peleja de Oliveira
Agente de Controle Interno
Decreto nº 034/2018